



**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2019.02.19.02-CP
EDITAL**

A **SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada através da *Portaria 0801001/2019, de 08 de janeiro de 2019*, Estado do Ceará, receberá no período de 27 de fevereiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, **PROPOSTAS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA**, para a prestação de serviços para atender as demandas da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste processo.

1.0-DO OBJETIVO

1.1-O presente Chamamento Público tem como objetivo o Credenciamento de pessoas físicas para a prestação de serviços para atender as demandas da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste processo.

2.0-DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1-A participação neste credenciamento implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes neste instrumento.

2.2-Não poderão participar do presente chamamento pessoas físicas que:

2.2.1-Estojam com seus cadastros cancelados, suspensos e/ou que tenham sido declarados impedidos de se cadastrarem ou contratarem com a Administração Pública, enquanto durar o impedimento;

2.2.2-Tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

2.3-A Secretaria de Trabalho e Assistência Social poderá revogar o presente chamamento público por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4-A habilitação no credenciamento não implicará na obrigatoriedade de contratação por parte da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, que somente fará para atender a demanda efetivamente comprovada.

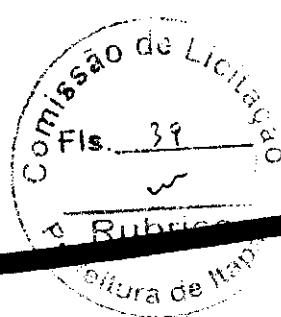
2.5-As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, serão resolvidas neste regulamento, pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

3.0-DA HABILITAÇÃO

3.1-Para habilitar-se ao credenciamento, o interessado deverá requerê-lo através de carta-proposta junto à Secretaria de Trabalho e Assistência Social, declarando conhecer e concordar com os termos do Edital, apresentando a seguinte documentação, que deverá ser apresentada em original ou por cópia devidamente autenticada por Servidor Público Municipal competente.

3.2- DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

3.2.1-Cédula de Identidade e CPF;



3.2.2-Comprovante de endereço devidamente atualizado;

3.2.3- Para os Itens 01, 03 apresentar comprovante de haver concluído **Nível Superior em Serviço Social com registro no respectivo Conselho;**

3.2.4 Para os Itens 02, 04, apresentar Comprovante de haver concluído **Nível Superior em Psicologia com registro no respectivo Conselho;**

3.2.6 – Para os Itens 06 e 08, **Nível Superior de acordo com a NOB/RH/SUAS;**

3.2.7- Para o Item 05, apresentar Comprovante de haver concluído **Nível Superior Bacharelado em Direito com registro na OAB;**

3.2.8- Para os Itens 07, apresentar Comprovante de haver concluído **Nível Superior;**

3.2.9- Para os Itens 09, 10, 11, 12, 13 e 14 apresentar Comprovante de haver concluído **Nível Médio.**

4.0-DA APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

4.1-A Secretaria de Trabalho e Assistência Social, através da Comissão de Licitação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

4.2- Após análise da documentação e com base no resultado a Secretaria de Trabalho e Assistência Social emitirá o parecer sobre a viabilidade do credenciamento;

4.3-A aprovação ou não da proposta de credenciamento será comunicada aos interessados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de apresentação da proposta;

4.4-A apresentação da proposta de credenciamento implica na plena concordância e aceitação dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive com relação ao preço estipulado pela Administração para a prestação dos serviços constantes do anexo I, parte integrante deste processo.

5.0-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ELEMENTO DE DESPESA:

5.1-As despesas decorrentes das contratações correrão por conta dos recursos ordinários e Transferência de recursos do FNE das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Fonte	Elemento de Despesas
10.02	08.244.0028	2.056	1311 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.99
10.02	08.243.0027	1.064	1311 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.99
10.02	08.244.0029	1.071	1311 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.99
10.02	08.244.0025	2.053	1001 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.32 3.3.90.36.99
10.02	08.244.0026	2.054	1001 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.32 3.3.90.36.99 3.3.90.36.06



6.0-DA CONTRATAÇÃO

6.1-Os serviços prestados serão contratados por meio de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, onde se estabelecerão com clareza e precisão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, conforme minuta constante do anexo III deste edital;

6.2-O prazo do contrato será estipulado de acordo com os preceitos legais, porém, determinado em função das reais necessidades dos serviços.

6.2-São de inteira responsabilidade do(a) Contratado(a) todas as obrigações pelos encargos previdenciários e fiscais resultantes da execução do Contrato e previstos em lei.

6.3-O(a) contratado(a) é responsável pelos danos causados, diretamente à Secretaria de Trabalho e Assistência Social e aos beneficiários, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante.

6.4-O(a) contratado (a) se compromete a assinar o contrato, no prazo de 05 (dias) a contar da notificação feita pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social;

6.5-Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital será obedecido o previsto no art. 110, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.6-O prazo de vigência dos contratos será, no máximo, da data da assinatura destes até o dia 31 de dezembro de cada ano civil, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores;

6.7-Todos os serviços objeto deste Chamamento Público serão executados nos locais previamente estabelecidos pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

6.8-Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos, pela Comissão de Licitação, no horário de expediente ao público, das 08:00 a 12:00 e das 14:00 as 17:00 horas, localizada na Av. Antonio Pereira de Melo 353, Pe. Lima, Itapajé/CE.

6.1- DOS ANEXOS DO EDITAL:

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA/PROJETO BASICO

ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

Itapajé/CE, 25 de fevereiro de 2019.



José Mac Dowel Teixeira Azevedo Neto
Presidente da Comissão de Licitação





ANEXO I
PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

I - INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA	
1. ORGÃO: SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	2. PROJETO BÁSICO Nº 2019.02.19.2
3. Nº DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.02	4. DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO: <input checked="" type="checkbox"/> Prestação de Serviços
5. UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE: SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	
II - FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
1. OBJETO SINTÉTICO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES.	
2. JUSTIFICATIVA: Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de prestação complementar de serviços públicos da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, haja vista a necessidade de continuidade no atendimento 24h à população, demandando, dessa forma, uma complementação dos serviços prestados, por meio da contratação na modalidade credenciamento que se faz viável ante a inviabilidade de competição, também, visto que a remuneração por valores está previamente tabelada pelo Município de Itapajé, e ainda que tal credenciamento atenderá a todos os interessados para fins de atendimento à demanda dos serviços já elencados.	
3. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10 (dez) meses	
4. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para prestação de serviços poderá ser prorrogado, a critério da Prefeitura de Itapajé/CE, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades e, será instrumentalizado por termo aditivo, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.	
5. LOCAL DE EXECUÇÃO: Nos locais determinados pela secretaria do Trabalho e Assistência Social.	
6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, até o final do mês subsequente à apuração dos valores, contados do recebimento da nota fiscal/fatura, conforme o número de procedimentos efetivamente realizados, comprovados através de documentos de encaminhamento, em requisições próprias. O Município pagará ao credenciado os serviços prestados observadas as tabelas de preços constante do anexo I do edital deste credenciamento. O Município pagará ao credenciado os serviços prestados observadas as tabelas vigentes no mês da prestação dos serviços. Será efetuado na conformidade dos serviços efetivamente realizados, consoante as informações assinaladas nas notas fiscais/faturas, com a discriminação dos serviços prestados, observados os preços constantes da Tabela SUS e quantidades previstas na solicitação de credenciamento (tabela acima). A contratada procederá à cobrança dos valores que lhes sejam devidos em razão dos serviços prestados, encaminhando fatura individualizada contendo a descrição e quantidade dos serviços executados. A contratada deverá apresentar as respectivas notas	



fiscais/faturas, com discriminação dos serviços prestados até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e avaliação de controle de atividades. Por ocasião da execução dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá emitir em nome da Prefeitura Municipal de Itapajé - CE, com endereço na Av. Antonio Pereira de Melo nº 353 Pe. Lima, CEP: 62.600.00, Itapajé - CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.683.956.0001-84, descrevendo a relação de todos os procedimentos executados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor especialmente designado, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CREDENCIADA;
- b) efetuar o pagamento à CREDENCIADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato;
- c) atestar a execução do objeto deste contrato por meio do setor competente;
- d) encaminhar a autorização prévia para atendimento, mediante guia de encaminhamento ou senha de autorização;
- e) responder, no prazo máximo de 06 (seis) horas, os pedidos de autorização encaminhados pela CREDENCIADA.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

Serão obrigações do CREDENCIADO, durante todo o prazo de vigência contratual:

- a) atender aos beneficiários, conforme a região em que localizar a instituição, com elevado padrão de eficiência e estrita observância ao Código de Ética das respectivas categorias profissionais, sujeitando-se, ainda, às regras do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078/90, e da Lei nº 8.666/93, no que couber;
- b) cumprir prontamente, por ocasião da realização dos serviços, os procedimentos e orientações técnico-operacionais constantes das Tabelas acordada entre as partes;
- c) colocar à disposição dos beneficiários do Município somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos e aprovados pelas normas da Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde;
- d) solicitar formalmente ao CREDENCIANTE autorização para inclusão de especialidades, conforme o objeto do credenciamento;
- e) manter, enquanto durar o ajuste, todas as condições que ensejaram o credenciamento da Instituição, particularmente no que se refere à atualização de documentos e às condições exigidas por ocasião da realização de inspeções;
- f) efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem como de quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato;
- g) comunicar ao gestor deste Contrato, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos contratos, bem a mudança de endereço de suas instalações físicas;



- h) Conduzir a execução do contrato pertinente ao objeto da presente licitação em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e securitárias;
- i) Executar o objeto de acordo com a sua proposta e com as normas e condições previstas no edital de licitação, inclusive com as prescrições da Lei nº 8.666/93, respondendo civil e criminalmente pelas conseqüências de sua inobservância total ou parcial;
- j) Aceitar nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo do Município;
- l) Comunicar à fiscalização de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique;
- m) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;
- n) Adequar, por determinação do Município, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo ou que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, até o prazo máximo de 03 (três) dias corridos;
- o) Utilizar, na execução do objeto, insumos e materiais de primeira qualidade e com as especificações técnicas exigidas no Edital;
- p) Cumprir rigorosamente as disposições legais e regulamentares pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, inclusive com fornecimentos dos equipamentos e materiais necessários aos trabalhadores, bem como arcar com as despesas referentes a sua manutenção;
- q) Não subcontratar o objeto deste contrato, no seu todo, sob qualquer hipótese. A subcontratação parcial somente será aceita mediante a aquiescência prévia e expressa do Município;

9. CONSIDERAÇÕES: Eventuais despesas administrativas geradas externamente, ainda que em atendimento ao objeto registrado, não serão suportadas pela Administração Municipal.

10. FONTE DE RECURSOS: Recursos Ordinários / Transferencia de recursos do FNE

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Fonte	Elemento de Despesas
10.02	08.244.0028	2.056	1311 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.99
10.02	08.243.0027	1.064	1311 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.99
10.02	08.244.0029	1.071	1311 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.99
10.02	08.244.0025	2.053	1001 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.32 3.3.90.36.99
10.02	08.244.0026	2.054	1001 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.32 3.3.90.36.99



PREFEITURA DE
ITAPAJÉ



			3.3.90.36.06
12. RESULTADOS ESPERADOS DIRETOS E INDIRETOS: A Secretaria do Trabalho e Assistência Social do município de Itapajé tem a expectativa de adquirir os serviços solicitados com qualidade. Garantindo a perfeita execução dos serviços essenciais as Assistências Sociais.			



Rua Antonio Eusebio Bastos, 85 - Cruzeiro - Itapaje - CE
TELEFONE: (85) 3346-1033
CNPJ/MF N° 07.683.956/0001-84
www.itapaje.ce.gov.br





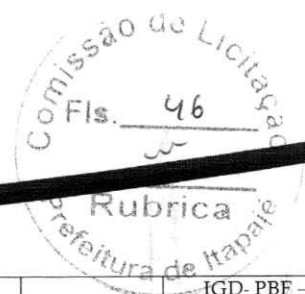
**ANEXO AO PROJETO BÁSICO
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO:

1.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES.

2. DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS.

NÍVEL SUPERIOR								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS	QTD	CARGA HORÁRIA	PERÍODO (meses)	Vr. Unitário Profissional	Vr. Total Profissional	Vr. Global Exercício	PROGRAMA FONTE
1	ASSISTENTE SOCIAL DO CRAS	02	30hs	10 meses	2.600,00	26.000,00	52.000,00	Bloco da Proteção Social Básica 1311000000
2	PSICOLOGO DO CRAS	02	30hs	10 meses	2.600,00	26.000,00	52.000,00	Bloco da Proteção Social Básica 1311000000
3	ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS	01	30hs	10 meses	2.600,00	26.000,00	26.000,00	Bloco da Proteção Social Especial 1311000000
4	PSICOLOGO DO CREAS	01	30hs	10 meses	2.600,00	26.000,00	26.000,00	Bloco da Proteção Social Especial 1311000000
5	ADVOGADO DO CREAS	01	30hs	10 meses	2.600,00	26.000,00	26.000,00	Recurso Proprio 1001000000
6	TÉCNICO/SUPERVISOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	02	40hs	10 meses	2.000,00	20.000,00	40.000,00	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ 1311000000
7	COORDENADORA DO ACESSUAS	01	40hs	10 meses	2.600,00	26.000,00	26.000,00	ACESSUAS TRABALHO 1311000000
8	TECNICA DE REFERENCIA DO ACESSUAS	01	40hs	10 meses	2.000,00	20.000,00	20.000,00	ACESSUAS TRABALHO 1311000000
NÍVEL MEDIO								
9	ORIENTADOR SOCIAL DO CRAS	04	40hs	10 meses	998,00	9.980,00	39.920,00	Recurso Proprio 1001000000
10	FACILITADOR SOCIAL DO CRAS	05	40hs	10 meses	998,00	9.980,00	49.900,00	Recurso Proprio 1001000000
11	ORIENTADOR SOCIAL DO CREAS	02	40hs	10 meses	998,00	9.980,00	19.960,00	Recurso Proprio 1001000000
12	CADASTRADOR DO BOLSA FAMÍLIA	06	40hs	10 meses	998,00	9.980,00	59.880,00	IGD- PBF - Índice de Gestão descentralizada do Bolsa Família 1311000000



13.	DIGITADOR DO BOLSA FAMÍLIA	06	40hs	10 meses	998,00	9.980,00	49.900,00	IGD- PBF – Índice de Gestão descentralizada do Bolsa Família 1311000000
14.	VISITADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	10	40hs	10 meses	998,00	11.976,00	119.760,00	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ 1311000000

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1. Os serviços deverão ser executados diretamente por profissionais, no estabelecimento da contratada, conforme demanda da secretaria e nos locais determinados pela a mesma.

3.2. Os profissionais deverão atender a jornada semanal de trabalho (segunda-feira a sexta-feira) e eventualmente, em casos de urgencia/emergencia, atender aos finais de semana e feriado, com datas e horarios e locais, a combinar com a secretaria.

4. DO PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Os serviços deverão ser iniciados em até **02 (DOIS) DIAS**, a contar da emissão da **ORDEM DE SERVIÇOS**.

5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

5.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 10 (dez) meses, podendo ter a sua duração prorrogada a critério das partes, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, por se tratar de serviços de natureza continuada, tendo eficácia após a publicação do extrato na imprensa oficial, por iguais e sucessivos períodos, se da conveniência para a administração pública, devendo a prorrogação ser motivada e processada nos ditames do mesmo Estatuto.

6. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DO VALOR CONTRATADO:

6.1. O valor do contrato poderá ser reajustado nos casos previstos em Lei.

6.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, “d” da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

7. DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, até o final do mês subsequente à apuração dos valores, contados do recebimento da nota fiscal/fatura, conforme o



número de procedimentos efetivamente realizados, comprovados através de documentos de encaminhamento, em requisições próprias.

7.2. O Município pagará ao credenciado os serviços prestados observadas as tabelas de preços constante do anexo I do edital deste credenciamento.

7.3. O Município pagará ao credenciado os serviços prestados observadas as tabelas vigentes no mês da prestação dos serviços.

7.4. Será efetuado na conformidade dos serviços efetivamente realizados, consoante as informações assinaladas nas notas fiscais/faturas, com a discriminação dos serviços prestados, observados os preços constantes no Anexo I e quantidades previstas na solicitação de credenciamento (tabela acima).

7.5. A contratada procederá à cobrança dos valores que lhes sejam devidos em razão dos serviços prestados, encaminhando fatura individualizada contendo a descrição e quantidade dos serviços executados. A contratada deverá apresentar as respectivas notas fiscais/faturas, com discriminação dos serviços prestados até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e avaliação de controle de atividades.

7.6. Por ocasião da execução dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá emitir em nome da Prefeitura Municipal de Itapajé - CE, com endereço na Av. Antonio Pereira de Melo nº 353 Pe. Lima, CEP: 62.600.00, Itapajé - CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.683.956.0001-84, descrevendo a relação de todos os procedimentos executados. - CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.683.956.0001-84, descrevendo a relação de todos os procedimentos executados.



ANEXO II
MODELO DE CARTA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

Local e data

À
Secretaria do Trabalho e Assistência Social
Comissão Permanente de Licitação
Itapajé-Ceará.

REF.: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2019.02.19.2

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa documentação exigida para credenciamento para a execução dos serviços constantes do Edital de **Chamamento Público Nº2019.02.19.2** especificamente com relação ao cargo constante do anexo I do edital em referência, abaixo assinalado:

CARGO: _____

Manifestamos, neste ato, nossa concordância com os preços fixados pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social, constantes do anexo I do edital em referência.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação da nossa documentação junto à Comissão de Licitação.

Segue, em anexo, toda documentação requerida para habilitação, tudo, de acordo com o citado edital.

Finalizando, declaramos, sob as penas da Lei, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos e que não existe nenhum fato impeditivo que possa obstar a nossa participação no referido processo.

Anexos: Documentos de habilitação

Atenciosamente,

Nome do Proponente
CPF Nº _____ - ____



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E _____, MEDIANTE AS CONDIÇÕES E CLÁUSULAS A SEGUIR PACTUADAS:

O **MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Antonio Pereira de Melo, 353, Centro, Itapajé/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.683.956/0001-84, através da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, neste ato representado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, Sr(a). Marfisa Brandão Gomes, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, _____ com endereço à _____ em _____, Estado do _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, ao fim assinado(a), doravante denominado(a) de **CONTRATADO(A)**, de acordo com o Edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2019.02.19.2-CP**, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato no Edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2019.02.19.2**, e na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de _____, para atender as demandas da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, conforme especificações constantes do anexo I do edital, parte integrante deste processo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1- O presente contrato tornar-se-á efetivo a partir de ___ de _____ de 2019 e vigorará até ___ de _____ de 2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1-A Contratante se obriga a proporcionar ao(à) **CONTRATADO(A)** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Chamamento Público, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.2-Fiscalizar e acompanhar a realização dos serviços;

4.3-Comunicar ao(à) **CONTRATADO(A)** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;



4.4-Providenciar os pagamentos ao(à) CONTRATADO(A), à vista das notas fiscais e faturas correspondentes, devidamente atestadas pelo setor competente;

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

5.1- São obrigações do(a) CONTRATADO(A):

- a)Executar os serviços, conforme exigência editalícia e contratual;
- b)Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de Chamamento Público nº 2019.02.19.2;
- c)Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto até o limite fixado no parágrafo 1º, d o art. 65, da Lei nº 8.666/93.

5.2- O(A) CONTRATADO(A) fica ciente, ainda, das seguintes condições:

- a) São de inteira responsabilidade do(a) Contratado(a) todas as obrigações pelos encargos previdenciários e fiscais resultantes da execução do Contrato e previstos em lei.
- b) O(a) contratado(a) é responsável pelos danos causados, diretamente à Secretaria de Trabalho e Assistência Social e aos seus beneficiários, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento por parte da Secretaria de Trabalho e Assistência Social;
- c) Todos os serviços objeto deste Chamamento Público serão executados nos locais previamente estabelecidos pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E DOS REAJUSTES.

6.1-A CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A) pela execução do objeto deste contrato, o valor global de R\$ _____ (_____), em ____ (____) parcelas mensais e sucessivas de R\$ _____ (_____), ficando responsável por ____ horas semanais.

6.2-Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal e fatura correspondente. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social, que atestará o recebimento dos mesmos.

6.3-As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentárias e elementos de despesas:

Órgão	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Fonte	Elemento de Despesas
10.02	08.244.0028	2.056	1311 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.99
10.02	08.243.0027	1.064	1311 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.99
10.02	08.244.0029	1.071	1311 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.99
10.02	08.244.0025	2.053	1001 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.32 3.3.90.36.99



10.02	08.244.0026	2.054	1001 000000	3.3.90.36.00 3.3.90.36.32 3.3.90.36.99 3.3.90.36.06
-------	-------------	-------	-------------	--

6.4- Os valores inicialmente contratados serão reajustados e/ou realinhados de acordo com as variações que vierem a ser estabelecidas pelos programas coordenados pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social, ou outro índice legal previsto para serviços desta natureza. No caso de reajuste, este só poderá ocorrer após decorrido, no mínimo, 10 (dez) meses da data da apresentação das respectivas propostas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FONTE DE RECURSOS

7.1- Os recursos financeiros necessários a este instrumento contratual são oriundos de transferências governamentais e do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1- A rescisão contratual poderá ser:

8.1.2- Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

8.1.3- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

8.1.4- Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do(a) **CONTRATADO(A)**, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

8.1.5- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar ao(à) Contratado(a), as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Multa:

b.1) Multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela **CONTRATANTE**;

b.2) Multa de 10,0% (dez por cento) sobre o valor contratado, pelo não cumprimento de cláusula ou condição prevista no contrato;

b.3) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas "ex-officio" do(a) **CONTRATADO(A)**, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que



mantenha junto à Secretaria de Trabalho e Assistência Social, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois);

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Fica eleito o foro da Comarca de Itapajé, Estado do Ceará, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Itapajé-Ce, __ de _____ de 2019.

Marfisa Brandão Gomes
Secretaria de Trabalho e Assistência
Social
CONTRATANTE

Nome do Contratado(a)
CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

01. _____
Nome:
CPF:

02. _____
Nome:
CPF: